



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.ª SL

Aos 7 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10:30 horas, reuniram no Auditório do Novo Edifício as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; de Assuntos Europeus; de Orçamento, Finanças e Administração Pública; de Economia e Obras Públicas; e Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo como ponto único da Ordem do Dia:

Reunião com uma delegação da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto, deu início aos trabalhos, dando as boas-vindas ao Sr. Vice-Presidente do Parlamento Europeu e chefe da delegação, Othmar Karas, e demais Deputados ao Parlamento Europeu, membros da delegação ad-hoc da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do PE, bem como às Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República. De seguida, deu conta do papel da Assembleia da República em geral e da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), em particular, em matéria de acompanhamento dos assuntos europeus.

De seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Deputado Eduardo Cabrita, que apresentou as competências cometidas à COFAP e o acompanhamento que efetua da execução do programa de assistência económica e financeira (PAEF), nomeadamente em sede de processo legislativo, grande parte do qual é tramitado em sede desta Comissão. Interveio, posteriormente, o Sr. Presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, Deputado Vieira da Silva, que deu conta das competências da Comissão Eventual, de acompanhamento da execução do PAEF, em particular no âmbito do debate político. O Sr. Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas, Deputado Fernando Serrasqueiro, que sintetizou as competências adstritas a esta Comissão no âmbito das matérias em apreço.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.^a SL

O Sr. Presidente da CAE agradeceu as intervenções e passou, de imediato, a palavra aos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu, tendo intervindo os Srs. Deputados Othmar Karas e Liem Hoang Ngoc, responsáveis pelo relatório em preparação da Comissão ECON sobre o funcionamento da *troika* (BCE, Comissão Europeia e FMI) nos países sob programa de assistência económica e financeira, que sublinharam, nomeadamente, o objetivo da missão a Portugal e a importância da cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais, tendo colocado algumas questões. De seguida, intervieram o Sr. Deputado Nils Torvalds, que focou, em especial, o impacto social das políticas de austeridade, designadamente nos níveis de desemprego registados nos países sob assistência, aludindo a esse propósito à situação de falta de perspectivas de emprego para as novas gerações na Finlândia nos anos 90 e o Sr. Deputado Jürgen Klute, que solicitou esclarecimentos sobre o envolvimento do Parlamento português e dos parceiros sociais na elaboração do Memorando e na sua aplicação, tendo ainda demonstrado especial interesse em perceber a visão do Parlamento relativamente aos impactos sociais da aplicação do Programa.

Intervieram, de seguida, Deputados à Assembleia da República, em representação dos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Sr. Deputado Pedro Jesus Marques (PS), que saudou a iniciativa de escrutínio dos PAEF, tendo de seguida referido que estes processos de assistência têm por base um modelo errado. O erro do “*pronto-a-vestir*” na resposta à crise não teve em conta as especificidades de cada país. Portugal, antes da crise já apresentava uma situação distinta, com uma procura interna bastante mais reduzida que nos restantes países. A crise foi transformada numa crise do sul da Europa que se foi estendendo pelo menos até França. Houve disfunções importantes na aplicação do programa, considerou. Este modelo não era o que a nossa economia precisava e, para além do mais, faltou legitimidade democrática na sua conceção e aplicação, a nível nacional mas também europeu

O Sr. Deputado Nuno Reis (PSD), por seu turno, considerou que a avaliação dos PAEF deve ser efetuada no final da sua execução, ainda que sejam bem-vindas



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.ª SL

avaliações intercalares e monitorizações, recordando, a este propósito, as 9 avaliações positivas e concluídas no âmbito do programa português, ainda que com um desempenho diferente face ao inicialmente expectável. Não houve a integração no Memorando de alterações que ao longo da aplicação do programa se iam justificando. Considerou que houve pouca flexibilidade e exemplificou com a 5ª avaliação e a forma inflexível como foi conduzida, não deixando margem para não se avançar com medida que esteve à beira de colocar o país em situação de rutura social. Falou ainda nas incongruências resultantes de afirmações de altos responsáveis das instituições envolvidas e exemplificou com as afirmações do Economista Chefe e da responsável máxima do FMI, que, respetivamente, colocaram em causa os multiplicadores que foram utilizados e a filosofia subjacente ao desenho destes programas, sem que tivesse havido quaisquer consequências práticas.

A Sr.ª Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou prioritário terminar a execução do programa e assegurar o regresso aos mercados. Recordou os impactos sociais do PAEF, sobretudo ao nível do desemprego, sublinhando, neste ponto, o empenho dos parceiros sociais ao longo da execução do programa, em particular em sede de legislação laboral e reforma do mercado de trabalho. Destacou o divórcio dos discursos e da prática e exemplificou com as duas últimas avaliações, em que havia um consenso geral quanto ao valor do défice que depois não foi aceite. Considerou que não havia um esforço para antecipar os problemas. Enfim, recordou o acompanhamento político do PAEF e o diálogo direto com a *troika* levados a cabo pelo Parlamento português ao longo da execução do programa e concluiu referindo que o papel dos parlamentos nacionais deve ser repensado no futuro, em termos de acompanhamento da aplicação dos programas de assistência.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) recordou o contexto de negociação e assinatura do PAEF e os princípios subjacentes ao programa, que merecem a oposição do PCP, sublinhando o papel da Assembleia da República de acompanhamento *a posteriori* das respetivas avaliações trimestrais. Sublinhou, ainda, os impactos sociais nefastos do PAEF, tendo concluído considerando que Portugal é hoje um país mais dependente, com mais desemprego e que está em piores condições do que estava antes.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.ª SL

Interveio, por fim, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), que começou por referir que esta avaliação envolvia duas questões: a participação democrática e a qualidade da natureza do programa de assistência e que gostaria de se pronunciar sobre ambas. Recordou que o Parlamento português – na altura em dissolução – não foi envolvido na preparação, negociação e assinatura do Memorando de Entendimento e, curiosamente, a Alemanha tê-lo-á feito, isto é, sujeitou a escrutínio parlamentar o programa de assistência a Portugal. Referiu ainda que as reuniões após cada avaliação são para troca de impressões, sem efeito útil. Recordou os efeitos recessivos e as consequências socialmente dramáticas da aplicação do PAEF, sublinhando a continuidade das políticas de austeridade após o final do programa, tendo em consideração a aprovação do Tratado Orçamental, já ratificado por Portugal.

O Sr. Presidente da CAE agradeceu as intervenções e abriu um período de intervenções individuais de Senhores Deputados.

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Nils Tovalds, solicitou a palavra para um breve comentário, no qual sublinhou que é sempre mais fácil gastar do que efetuar cortes ou fazer reduções na despesa pública.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), que efetuou uma alocução sobre os presentes desafios que se colocam à União Europeia, nomeadamente quanto à legitimidade das instituições europeias, bem como os objetivos subjacentes à construção da CEE, recordando artigos constantes dos Tratados. Questionou as divergências discursivas entre os responsáveis políticos e os técnicos operacionais das instituições da *troika*. Disse ainda que em vários momentos não houve respeito pelas instituições e pelos povos dos países em que estavam a ser aplicados programas.

O Sr. Deputado Carlos Zorrinho (PS) sublinhou a importância do relatório em preparação pela Comissão ECON, considerando que este deve refletir a experiência dos países sob assistência e demonstrar que a *troika* nunca deveria ter existido pelo facto de ter provocado divisões entre Estados-membros da UE. Concluiu referindo que

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.ª SL

o que resultou desta intervenção é a noção que há europeus de primeira e europeus de segunda.

O Sr. Deputado Miguel Frasquilho (PSD), por seu turno, sublinhou a importância da visita da Comissão ECON e do relatório a ser produzido, o qual deveria, na sua opinião, conter referências às deficiências institucionais da União Económica e Monetária (UEM) e que os objetivos dos PAEF não devem ser prosseguidos a qualquer preço, sendo exigida alguma flexibilidade no contexto do esforço desenvolvido pelos países sob assistência.

Usou, ainda, da palavra, o Sr. Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Sérgio Sousa Pinto, que recordou o bom desempenho da economia portuguesa, nomeadamente em matéria de défice orçamental, antes da crise grega e da eclosão das crises de dívida soberana. As evidentes disfunções, que entretanto vieram ao de cima, da união monetária incompleta, lançaram uma onda de ceticismo sobre os demais domínios da integração. Os desequilíbrios de conceção da união monetária geraram Estados membros vencedores sistémicos e Estados membros perdedores sistémicos. Considerou, ainda, que a continuação das estratégias recentemente adotadas na UE vitimizará a Europa, ao eliminar a solidariedade como princípio fundador.

Interveio, na conclusão do debate, o Sr. Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Othmar Karas, que sublinhou a aprendizagem dos últimos dias mas também dos últimos 5 anos, sublinhando o carácter original e único da crise, e recordando que a UEM da União Europeia não dispõe de todos os instrumentos de atuação, os quais devem ser implementados, com vista à promoção da subsidiariedade e flexibilidade; da integração, cooperação e interdependência; de mais democracia, maior participação dos cidadãos e um papel aprofundado dos Parlamentos.

Não se registando intervenções adicionais, o Sr. Presidente da CAE agradeceu a presença de todos os Senhores Deputados, sublinhando o facto de a Assembleia da República estar interessada em colaborar no relatório, após o que deu por concluída a reunião.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.ª SL

Diversas informações sobre a audiência, nomeadamente a respetiva gravação, podem ser encontradas na [página internet da Comissão](#).

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de janeiro de 2014

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 122/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
José Lino Ramos
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
Ferro Rodrigues
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
Laurentino Dias
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães